

CICLO DE ESTUDOS: **GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: **UNIVERSIDADE EUROPEIA**
UNIDADE ORGÂNICA: **FCST - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLOGIA**
NÚMERO PROCESSO: **NCE/25/2500142**
GRAU: **LICENCIADO**
DECISÃO: **NÃO ACREDITAR**
DATA PUBLICAÇÃO: **2025-10-13**

DECISÃO DO CA

DECISÃO:
Não acreditar

FUNDAMENTAÇÃO EM PT:

O Conselho de Administração decide não acreditar o ciclo de estudos, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa. A proposta apresenta várias fragilidades, das quais se destacam: - As metodologias de ensino são apresentadas de forma muito genérica, sem clarificar qual seria a utilizada em cada unidade curricular, tendo em conta a sua natureza e objectivos. - O currículo apresenta lacunas significativas na área da Administração Pública, não estando garantido o cumprimento do disposto no artigo 5 do Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de Agosto. - O corpo docente especializado em Administração Pública é reduzido, não estando garantido o cumprimento dos requisitos plasmados na alínea 3(c) do artigo 6 do Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de Agosto. - Não está demonstrado o cumprimento do artigo n.º 8 do Decreto-Lei n.º 133/2019 de 3 de Setembro.

FUNDAMENTAÇÃO EM EN:

The Management Board has decided not to accredit the study programme, in agreement with the justification and recommendation of the External Assessment Team. The proposal has a few issues including: - The teaching methodologies are presented in a very general way, without clarifying which would be used in each curricular unit, taking into account its nature and objectives. - The curriculum shows significant gaps in the field of Public Administration, and compliance with the provisions of Article 5 of Decree-Law No. 65/2018 of 16 August is not ensured. - The number of teaching staff specialized in Public Administration is limited, and compliance with the requirements set out in Article 6(3)(c) of Decree-Law No. 65/2018 of 16 August is not ensured. - Compliance with Article 8 of Decree-Law No. 133/2019 of 3 September is not demonstrated.